

REGULAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SETOR AGRÍCOLA E TERRITÓRIO

RULING AND MODERNIZATION AT THE AGRICULTURAL AND TERRITORY SECTOR

Roberto de Souza Santos¹

RESUMO: O presente trabalho focaliza a discussão do advento da modernização do setor agrícola e da integração do capital industrial com o agropecuário bem como os desdobramentos destes fatores no espaço concorrencial e no território. O teor científico da argumentação teórica, destaca-se pela sua inquietação em compreender as novas relações sociais nos territórios em constante tecnificação no setor agro-produtivo, tendo como pano de fundo o desvendamento das relações de produção e das novas formas de regulação no território. O texto procura discutir ainda as influências e impactos da mecanização e da tecnificação do setor agropecuário no território e sobretudo as implicações da modernização nas áreas agrícolas que trazem um novo conteúdo social e econômico no seio do mercado.

Palavras-chave: regulação local e global - modernização do setor agrícola - dispositivos regulacionistas no território

ABSTRACT: The present research has a focus related to the invention of modernization in the agricultural sector and to the integration of industrial capital with the cattle raising and agriculture and the developing of this

¹ Professor de Geografia na rede estadual de Mato Grosso, professor substituto no Campus Universitário Rondonópolis-MT, mestre em planejamento urbano pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-UnB-Brasília-DF, doutorando em Geografia pela UNESP-Rio Claro SP. E-mail robertrond@hotmail.com/rssantos@rc.unesp.br.

agricultural factor in the field of competition and territory. The scientific content of theoretical argumentation, stands out by its anxiety to understand the new social relations in the field of constant technologies changings at the agro productive sector having as a backdrop the unveiling of producing relations and the new ways of regulation of the territory. The text still tries to discuss the influences and impacts of mechanization and technologies of the agricultural areas in the territory and above all the implications of modernization in the agricultural areas which brings a new social and economic content in the middle of the market.

Key words: local and global regulation - modernization in the agricultural sector - ruling devices at the territory.

MODERNIZAÇÃO DO SETOR AGRÁRIO E O TERRITÓRIO

Na decomposição do feudalismo, com a emergência do mercantilismo e principalmente com o advento do capitalismo industrial, a agricultura conheceu sucessivas fases de mudanças tecnológicas nas relações de produção no interior do setor. O feudalismo baseou-se na produção para o consumo doméstico e, a partir do mercantilismo estabeleceu-se em maior escala de cunho mercantil. Já no capitalismo industrial passou a oferecer matéria-prima para a indústria. E por último, no período fordista, o setor agrícola vem passando por uma industrialização do setor com vistas a se adequar às novas exigências do mercado.

Tal industrialização da agricultura se resume na integração do capital agropecuário ao capital industrial, onde o setor agrícola passou a produzir em grande escala para atender o mercado cada vez mais exigente de qualidade da produção, mediante instrumentos industrializados e técnicos e, ao mesmo tempo, passando por profundas transformações, seja no âmbito do processo produtivo, seja nas relações de produção capital/trabalho. Nesse processo de industrialização, o surgimento da agroindústria em todos os sub-setores tais como o das cervejarias, dos grandes frigoríficos, o leiteiro, o sojífero etc. exigiu uma rápida tecnificação do setor agrário na tentativa de buscar eficiência e não somente a qualidade como também na quantidade de matéria-prima para abastecê-la.

É importante considerar que com o surgimento destas agroindústrias de alto nível técnico introduz relações novas com o espaço, com implicações de ordem social e territorial ainda pouco estudadas. Seria necessário iniciar uma reflexão sobre o tema, analisando o novo padrão de acumulação no atual período técnico-científico² e as novas tendências que surgem na atual fase do capitalismo. Até porque o capitalismo como sistema econômico, social e político, é capaz de revolucionar constantemente os meios de produção. Atualmente, essa força tem até mesmo superado as barreiras naturais do espaço geográfico e, sobretudo imposto novas relações de produção, com novos vínculos de capital/trabalho, como o de flexibilização e de terceirização no processo produtivo, tanto nas zonas urbanas quanto no campo. E, simultaneamente, suplanta as técnicas da economia tradicional, supera os instrumentos de trabalho arcaico e cede lugar às novas técnicas, aos instrumentos industrializados e máquinas modernas onde são imprescindíveis profissionais como: o agrônomo, o veterinário, o piloto agrícola, o especialista em adubos etc. os quais, deverão ter conhecimento especializado. Mas uma coisa é certa - o novo paradigma tecnológico no qual se insere a agroindústria, ao impor mudanças na base técnica acabou por gerar, direta e indiretamente, mercados de trabalhos distintos e ao mesmo tempo complementares, implicando em uma profunda segmentação social, com repercussões na forma de ocupação do território (GUIMARÃES, 1997: 97).

Essa nova relação capital/trabalho requer mais qualificação profissional e redução de mão-de-obra, na qual o trabalhador deverá ter alta capacidade de incorporar novos conhecimentos técnicos e diversificados, para que o mesmo seja polivalente. As novas mudanças ao mesmo tempo, requerem novo modelo de gerência e organização das empresas e distinto perfil de qualificação da mão-de-obra

² Atualmente, novas pesquisas interessam pelo andamento de mudanças técnicas do novo contexto produtivo.

(BERNARDES, 1996). Assim, o desenvolvimento/técnico/científico fez dos territórios agrários algo produtivo por meio de instrumentos tecnológicos como agrotóxicos, fertilizantes, maquinaria etc. Este desenvolvimento fez com que o capital superasse os obstáculos naturais, aumentando a velocidade de circulação do capital e a produtividade sem expandir a propriedade (área do imóvel) em lócus no território. Com essa estratégia, é como se o capital fabricasse mais terra, de forma que, o volume de produção e os índices de rendimento médio sejam elevados de maneira geral.

A necessidade de maior qualificação da força de trabalho, vinculada à introdução de novas tecnologias, de inovações técnico-produtivas do capital e da difusão do trabalho intelectual exigido pelo novo paradigma técnico-científico, criaram novas tendências no contexto sócio-econômico e produtivo do cenário agropecuário mundial. Tais inovações e as recentes formas organizacionais geraram uma complexidade das atividades agrícolas, industriais e de serviços tornando mais variada e densa a organização produtiva e social do território agropecuário estabelecendo assim, uma agricultura altamente mecanizada, com significativas mudanças nas relações sociais de produção nos territórios locais, as quais, passaram a ser essencialmente capitalista e de caráter mercantil, com forte predomínio do trabalho assalariado e de proletarização do campesinato transformando o pequeno produtor e outras categorias do campesinato, em semicamponeses e trabalhadores temporários. Em tempos de grandes avanços tecnológicos, não é estranho em afirmar que até mesmo o camponês compulsoriamente terá que se adequar ao mundo tecnológico. Aliás, o atual camponês deve ser portador de nova conduta - a administrativa, capaz de instrumentalizar sua pequena propriedade em um empreendimento de cunho empresarial, pensar como empreendedor. Onde há uma combinação eficiente e eficaz dos fatores de produção (terra, mão-de-obra, capital e capacidade empresarial) com vistas à tomada de decisão do gerente agrícola para conseguir mais lucros, maior satisfação pessoal, sem agressão à natureza (TEDESCO, 1999).

As condições técnicas agro-produtivas de extrema funcionalidade trabalham em conjunto articuladas com as demais forças (setor terciário) no território, garantindo produtividade, rentabilidade e dominando o processo de produção/comercialização em condições competitivas no sistema produtivo com utilização de tecnologia de ponta, no sentido de reduzir a mão-de-obra demandada através de automatização de equipamentos industriais e informáticos (ALVES, 1997: 24).

Além do mais, as inovações técnico-produtivas do capital e a difusão do trabalho intelectual exigido pelo novo paradigma técnico-científico, alterou todo o contexto sócio-econômico e produtivo dos territórios. A difusão de novas tecnologias e formas organizacionais geraram uma complexidade das atividades agrícolas, industriais e de serviços e, sobretudo exigiu um maior grau de saber, de conhecimento intelectual e de níveis cada vez maiores de informações, tornando mais variada e densa a organização produtiva e social do território agrário. O objetivo destas inovações é dar respostas aos atuais obstáculos de crescimento econômico, da mobilização da capacidade profissional e redução dos custos. Tais objetivos certamente vieram acoplados com uma nova política que almeja agir sobre as estruturas de produção pelo investimento que conseguem integrar os camponeses ao pacto modernista (ALLAIRE, 1997: 343). Em meio a este novo cenário, os governantes utilizaram uma estratégia política para dar respaldo à necessidade de desenvolvimento da agricultura familiar centrada na base das propostas neoliberais – modelo de modernização tecnológica agrícola, entendendo a produção em sua competitividade de preço e qualidade, além de ser dirigida aos mercados interno e externo.

As empresas, na busca da competitividade e produtividade, exigem tecnologia avançada e eficiência do trabalho no processo produtivo, conseguindo assim, sucessivos êxitos em todo o ciclo produtivo através da polivalência e da flexibilização das relações sociais do trabalho na tentativa de formar padrões de controle de qualidade. As grandes empresas de *agribusiness* e outras dotadas de grande capacidade de inovação técnica como os *tradings*

multinacionais³ (ADM-norte-americana, MANSANTOS etc.), fazem com que o território agrário passe a ser submetido a tensões sócio-econômicas mais complexas e profundas na produção, dando uma nova configuração na organização produtiva da área agrícola local, onde estão inseridas, e, provavelmente atinge não somente a seção industrial, mas também indiretamente todo o contexto da produção integrada.

Segundo (CASTELLS, 2000: 185)

a principal mudança pode ser caracterizada como a mudança de burocracias verticais para a empresa horizontal. A empresa horizontal parece apresentar sete tendências principais: organização em torno do processo, não da tarefa; hierarquia horizontal; gerenciamento em equipe; medida do desempenho pela satisfação do cliente; recompensa com base no desempenho da equipe; maximização dos contatos com fornecedores e clientes; informação, treinamento e retreinamento de funcionários em todos os níveis. Além do mais, essa evolução estrutura a inovação e incita os produtores a satisfazer as necessidades mais complexas de camadas "alvo" da população, em propósito notadamente, as combinações de bens duráveis e de serviços. Neste universo os consumidores demonstram atitudes variadas para aproveitar das diversas fórmulas oferecidas sobre o mercado de onde os novos perfis de consumo bastante reativados às inovações bem almejadas pelas empresas (DUFERTRE, 2000: 03). Entretanto, a inserção territorial de uma empresa ou dos atores sociais dependem de duas categorias de fatores: a maneira como eles apreendem seu ambiente local e as barreiras da mobilidade ligado ao seu setor a que pertence (KRIFA, 1998: 212).

SETOR AGRÁRIO, TERRITÓRIO E REGULAÇÃO LOCAL E GLOBAL

A modernização no setor agrícola certamente fez surgir novas formas de concorrência, de regulação e, sobretudo de competitividade sobre os

³ Estas empresas atuam como verdadeiros atores sociais capazes de criar toda uma circulação de capital e dispositivos institucionais no território local suficientes para contribuir na expansão urbana de municípios inseridos nas zonas de agricultura

territórios, seja no âmbito local, seja no âmbito global onde os dispositivos institucionais tiveram de revestir de novas formas regulacionistas principalmente quando se trata de flexibilização das normas regulacionistas nos mercados e nos territórios. O esgotamento dos padrões técnicos e da organização científica do trabalho fordista propiciou a criação de uma ambiência social e econômica onde o processo produtivo teve que submeter a uma nova engenharia do regime de acumulação, com tendência cada vez mais de trazer para o interior deste regime, uma acumulação capitalista flexível. É de se admitir que o recente processo produtivo instalado no final da década de 70 exigiu maior velocidade de toda uma materialidade contemporânea indispensável a uma economia exigente de movimento e dinâmica e de caráter genuinamente competitivo com forte incidência de uma ambiência mercantil altamente concorrencial.

Tais tendências introduzem mudanças na dimensão espacial num universo onde os territórios adquirem uma autonomia nova e interagem mais diretamente com o exterior, nacional e internacional. (...) [Por outro lado], os regimes de acumulação em curso das emergentes economias desenvolvidas, desde os anos 70 estão marcadas por uma profunda transformação nas formas de concorrência. A abertura maior dos territórios nacionais e a intensificação da concorrência, as novas modalidades da concorrência e as reestruturações da dinâmica produtiva que elas induzem, modificam a feição, cujas interações espaciais e setoriais puderam ser reguladas por novos dispositivos institucionais (DUTERTRE, 2000: 01).

mecanizada. Campo Verde em Mato Grosso constitui um bom exemplo dessa natureza. A Sadia (atualmente a ADM – multinacional norte-americana que atua no setor agropecuário comprou a unidade produtora da Sadia) que geograficamente localiza-se bem ao centro do povoado é praticamente um injetor de oxigênio para a sobrevivência econômica do município. A empresa reorganizou toda produção e comercialização de produtos agropecuários locais e integrou o campesinato ao pacto modernista. Na verdade, a construção de um mundo industrial agro-alimentar conduz a uma transformação profunda que permite em particular, a um pensamento técnico a penetrar no universo familiar camponesa (ALLAIRE, 1997: 343).

Neste particular a relação salarial fordista influencia fortemente a relação do trabalho (...) sobre o plano econômico e desestabiliza os aspectos jurídicos inscritos na tradição histórica prolongada do estatuto do campesinato fundado sobre a propriedade. As tendências atuais estão em ruptura em relação a esta evolução e percebem a relação do trabalho pós-produtivista requerem margens importantes de autonomia (MOLLARD, 1997: 338). [E], la période de crise actuelle, l'agriculture apparaît de moins en moins centrée sur ses seules finalités alimentaires, elles-mêmes traversées par de nouvelles exigences de qualité, d'appellations contrôlées, mais associée à de nouveaux besoins dans lesquels la régulation de l'espace sous contrainte environnementale joue un rôle central (l'agriculture pluriactive de services). (TERTRE, 1997: 316)

O novo regime de acumulação em curso que pode ser denominado de pós-fordismo se adequa não somente ao setor industrial, mas também ao setor agropecuário. As novas regras que regulamentam o processo de comercialização/distribuição e consumo da produção do atual setor agrícola perpassa pela base técnica, pelas políticas de inovação dos instrumentos industrializados (maquinismo, fertilizantes, defensivos agrícolas, agroindústrias) e por políticas de investimentos subvencionados pelo poder público, por novos vínculos capital/trabalho e, sobretudo por um compromisso institucional onde as relações sociais de produção mais permeável (flexível) entre os atores sociais (proprietários, trabalhadores e Estado). E ao mesmo tempo, a relação do trabalho agrícola torna-se mais permeável (flexível) a certos elementos da relação salarial e é largamente submetida às normas do fordismo: normas de consumo, de equipamentos domésticos e de transportes. Tem-se ainda a permeabilidade (flexibilidade) das normas de produção fordista: intensificação do trabalho, especialização e simplificação das tarefas, padrões técnicos e econômicos de produção e geralmente submetidos às normas do processo de trabalho (MOLLARD, 1997: 338). Convém enfatizar que os atores sociais diante da nova organização social e técnica do trabalho tiveram uma preocupação toda especial com a organização do tempo de trabalho no processo produtivo. Isto é,

...La régulation fordienne, la réorganisation du temps de travail apparaissent comme un enjeu essentiel pour que se développent de nouvelles normes de consommation et de production. (TERTRE, 1997: 317)

O Estado é um dos atores sociais que estabeleceu compromissos institucionais e garantiu a modernização no setor agrícola através de investimentos públicos. No caso europeu, as organizações profissionais (produtores rurais) e o Estado desempenharam um papel decisivo na própria formação deste setor e ao mesmo tempo, com capacidade reguladora de intervir no desempenho do mercado, na ocupação do território e na manutenção⁴ do mercado de trabalho agrícola. Há um verdadeiro Estado providenciário que acaba por responder pela própria formação da renda do setor, (ABRAMOVAY, 1992: 206/10). Durante os anos 60, a co-gestão do Estado juntamente com o produtor rural conduziram o andamento da modernização através da implantação de sistemas de proteção social específico, de uma política nacional da propriedade territorial e das estruturas agrícolas (MOLLARD, 1997: 334). No caso dos EUA, as grandes corporações parece ter feito na agricultura um terreno de concentração⁵ a partir da segunda metade da década de 1970, onde as saudáveis regras da livre concorrência acabariam cedendo lugar às manipulações de preços e isso num setor tão sensível como o da alimentação (ABRAMOVAY, 1992: 136).

Vale dizer, o que mudou na agricultura dos países capitalistas centrais não foi apenas sua base técnica, ou sua integração a conjuntos econômicos

⁴ Um ajustamento das políticas setoriais também permite a manutenção das lógicas intensivas.

⁵ O jornal GAZETA MERCANTIL (13/10/99) assegura que está havendo uma concentração também na produção agropecuária. Abordando que as multinacionais que se encontram ancoradas em estratégias globais de redução de custos e ganhos de escala modificaram o perfil do mercado brasileiro de commodities na última década. Hoje, apenas 17 empresas, com faturamento individual na casa dos US\$ de 300 milhões por ano, controlam 43% das exportações agropecuárias totais do país. Elas representam apenas 0,3% do número total de exportadores. No outro extremo, 4 mil empresas, ou 70% do universo exportador, detém somente 1% das vendas externas.

que extrapolam o setor: a característica central da agricultura moderna está exatamente na capacidade que ela oferece ao Estado de exercer um controle rigoroso sobre seu próprio processo de desenvolvimento. É equivocada a tentativa de localizar um segmento específico da classe capitalista que se beneficie com isso: o traço central do desenvolvimento agrícola no capitalismo avançado encontra-se justamente no caráter socializado desse setor, isto é, no fato de ele, mais que qualquer outro, operar com base em um conjunto de normas resultantes, é claro, de conflitos sociais e de compromissos, mas que são cada vez mais públicas. A própria unificação europeia faz com que o agricultor holandês saiba perfeitamente que é em Bruxelas, e não junto a sua cooperativa local, que se decide o seu destino. (ABRAMOVAY, 1992: 253)

No caso brasileiro, o Estado foi um dos agentes que atuou no provimento e na estruturação do espaço agrário e na ocupação do território nas áreas de cerrado dando respaldo a gestão do território local. As políticas de estímulo à expansão de frentes da agricultura comercial no cerrado tiveram impactos consideráveis sobre a estruturação do território, com a implementação de pesquisa através da EMBRAPA e tecnologias para o cultivo dos solos ácidos dos cerrados, além dos fortes subsídios aos preços mínimos para os produtos agrícolas no mercado e de preços de combustíveis subvencionados foram essenciais para a expansão da fronteira agrícola nos cerrados. Os estímulos governamentais direcionados ao setor possibilitaram a incorporação da produção local ao mercado nacional e ao internacional. A atuação dos sindicatos agropecuários regionais juntamente com a UDR (União Democrática dos Ruralistas) com o apoio⁶ do poder público são os responsáveis pelos compromissos institucionais nas diversas escalas espaciais da produção

⁶ Atualmente, para decidir sobre a implantação nova, de uma extensão ou de uma eventual deslocalização territorial (o "nomadismo" internacional das firmas é geralmente explicado pela abertura das fronteiras e de progressos consideráveis em matéria de comunicação), muitas firmas se contentam de avaliar (cadastrar) os recursos existentes e potenciais para apreciar as vantagens comparativas de diversos sítios. Paralelamente, as autoridades locais (inclusive o poder público) se esforçam em melhorar a atratividade de seu território para diversas iniciativas (investimentos para melhorar a acessibilidade

agrícola fordista. No caso do recorte territorial local mato-grossense é liderado pelo bloco dos grandes produtores tendo como agente principal o megaprodutor e exportador BLAIRO MAGGI juntamente com a FUNDAÇÃO MATO GROSSO e, no âmbito global, pelas grandes corporações de *agribusiness* (ADM, MANSANTOS, CARGIL, etc.).

Aqui, pode-se dizer que

estes compromissos podem ser interpretados como resultante de conflitos sociais que instalam localmente com a hegemonia de agricultores-empresários, estruturam os blocos regionais e posicionam o sindicalismo agrícola sobre uma linha reformista (não de mudança das estrutura, mas de reformas). Pode assim inscrever uma complexificação da ação do Estado empenhado nos dispositivos reguladores. Enfim, os compromissos se articulam na construção de um referencial setorial por uma regulação neo-corporativista. (...) A delimitação social da base de acumulação que sobressai neste compromisso é uma seleção entre os homens, as explorações, os sistemas de produção. Ela não é uma simples discriminação entre os vários recursos pelos mecanismos otimizadores. Ela é resultante de processos de regulação (dos modos de transmissão de patrimônios, avaliação da capacidades profissionais, critérios de concessão das ajudas, dos créditos de transação imóveis, barreiras de acesso a certos mercados, critérios de atribuição de prestações sociais.....), onde implicam os atores locais. O que importa, é que se concretizem as políticas gerais

e a qualidade dos sítios, alojamentos ou ambiente cultural, de ajudas e de medida fiscais, etc.) que engendram uma viva competição entre as coletividades locais no seio de uma região ou território, entre as regiões no seio de um país e entre as nações em escala mundial (KRIFA, 1998: 213). No mais, os atores sociais ou as empresas procuram aproveitar as possibilidades sinérgicas entre os diferentes ativos específicos de que pouco dispõem de um território em termos de personalidades qualificadas, conhecimentos práticos locais, tecidos relacionado, vantagens culturais e geográficas é assim nesse contexto um objetivo mais presente e concebível para todos os atores das regulações territoriais. As transformações devem ser concernentes aos quadros de uma evolução global das formas de concorrência que este implica para além da sinergia entre produtores (atingido nos distritos industriais), as evoluções das aspirações dos consumidores/cidadãos como as novas capacidades de ação das coletividades territoriais desse novo universo (DUTERTRE et alli, 2000: 08).

ou específicas favoráveis ao investimento e ao compromisso institucionalizado: proteção social, o estatuto civil de atividade agrícola, as regras e a formação profissional, as condições de acesso às subvenções públicas, as formas de representação dos interesses profissionais. (...) A reforma abre perspectiva de uma conexão de ajudas diretas, com a produção de externalidades correspondentes aos novos objetivos, o ambiente e organização do território. Esta conexão exige novos dispositivos reguladores cuja dimensão territorial é evidente. A reorganização da política agrícola comunitária, que se dá com o intuito de favorecer o funcionamento do mercado, favorece ao mesmo tempo, o funcionamento dos territórios. Aqui, a trajetória setorial é, entretanto dependente de sua inserção territorial (espaço de produção⁷, espaço de concorrência e espaço de negociação). Estes casos descritos sugerem a existência de vários níveis de governança. Um setor de produção agrícola é um espaço institucional onde se manifestam dispositivos reguladores que visam a delimitar um espaço de concorrência. Os dispositivos setoriais correspondem as formas de organização dos atores coletivos. O problema da regulação é esta compreensão dos mecanismos que estabilizam ou desestabilizam este quadro, considerando diferentes horizontes temporais. (ALLAIRE, 1997: 43/8)

Segundo (MOLLARD, 1997: 335/6) entre os anos 1945/1975, os dispositivos e os compromissos institucionais no setor agropecuário e os elementos constitutivos da regulação fordista setorial caracterizaram-se pelo processo de trabalho marcado pela especialização e simplificação, que se tornaram à padronização do objeto do trabalho e dos meios de produção; pelo aumento das escalas de produção e da especialização das explorações (monoculturas - cultura soja, da uva etc.); pela maior intensidade do trabalho enquanto coeficiente de capital; pela definição de normas técnicas e econômicas padronizadas da produção, qualidade dos produtos e a acumulação do capital intensiva foi marcada por importantes subvenções e bonificações de interesse em favor dos investimentos em maquinismo, edificações e plantações. Em suma, o

⁷ Mesmo se as possibilidades de transferência da produção entre países são acrescidas, elas mantêm dependentes das lógicas da inserção territorial (KRIFA, 1998: 211).

crescimento da agricultura neste período foi possível graças a dois elementos significativos da regulação setorial: a organização técnica, econômica e social da produção (processo de trabalho, acumulação do capital), inteiramente voltados para uma industrialização intensiva e rápida da agricultura; e o segundo traduz-se nas formas de concorrência e a organização dos mercados agrícolas que passam por uma política de sustentação pública durável pelo Estado. Os mercados foram regulados por uma co-gestão do setor e das relações institucionalizadas estreita entre Estado e o profissional agrícola (produtor rural). A este nível apesar de evidentes especificidades encontram-se características comuns com o fordismo.

A regulação global do setor agrícola destaca-se pelo princípio básico constituído por um compromisso produtivista⁸ nas grandes negociações salariais e compromissos institucionais fordista e repartição dos ganhos de produtividade. Onde este compromisso é um verdadeiro contrato social incluindo aí, a proteção pública do Estado sobre o mercado e instaurando uma política inovadora das estruturas de produção com o objetivo de que a agricultura contribua para o crescimento global e se industrialize tornando-a competitiva para exportação. Tudo isso com vistas a equilibrar a repartição do poder de decisão entre Estado e os atores envolvidos diretamente na comercialização e distribuição dos produtos agrícolas, o que conduziu uma articulação maior da agricultura produtivista com a economia global. Aqui, a contribuição da agricultura produtivista na formação da relação salarial⁹ se realiza por dois canais: o fornecimento de mão-de-obra à indústria e o desenvolvimento da consumação de massa na alimentação (*a car in every garage and a chicken in every pot*) (MOLLARD, 1997: 336/7).

⁸ O termo produtivista é qualificado como o desenvolvimento agrícola excepcional no período entre 1945 e 1975 em referência ao crescimento sem precedentes da produtividade e da produção.

⁹ A particularidade da relação social de trabalho da agricultura produtivista é que apreende como um todo coerente e indissociável o trabalho agrícola e as condições de produção

Convém lembrar que a regulação global condiciona as formas institucionais setoriais e, porque não dizer, das que estão inseridas nos territórios. Ou seja,

les (formes institutionnelles) au niveau macro conditionnent les (dispositifs institutionnels) au niveau sectoriel. Mais les évolutions que connaissent ces derniers, peuvent également contribuer à modifier certaines formes institutionnelles. (TERTRE, 1997: 320)

O ressurgimento do local, com características do pos-fordismo, coloca múltiplas questões e em universo onde a competição está mais forte. Entretanto, esse ressurgimento não pode se conceber sem as novas formas de regulação global (DUTERTRE, 2000: 09). No caso do setor agrícola o pacto modernista contribuiu significativamente para seu crescimento, porém, passou ter dependência da economia global. A dinâmica da industrialização a montante no setor fez com que os agricultores cada vez mais tenham dependência de instrumentos industrializados e ao mesmo tempo ficaram fragilizados no que diz respeito a comercialização de seus produtos no mercado internacional e das novas formas institucionais deste mercado. Ainda convém ressaltar que: “les évolutions de l’agriculture correspondent aux inflexions de la dynamique industrielle” (TERTRE, 1997: 319).

Todavia, no mundo globalizado, o local adquire uma certa autonomia diante ao mercado global devido a uma maior permeabilidade dos territórios frente ao mercado internacional. A ressurgência do local tem, sobretudo, razões objetivas. Elas estão em primeiro lugar inscritas nas realidades políticas e institucionais onde diferentes territórios têm visto sua autonomia crescendo e se concretizando nas novas instituições. Elas manifestam em diferentes níveis das capacidades crescentes das

e de trocas: abordagem técnica em termos de organização e do processo de trabalho, abordagem econômica da produção e inserção da divisão social do trabalho pelo viés da demanda de bens e de serviços na agricultura. Neste ponto de vista, a dinâmica econômica do fordismo e o progresso rápido das novas normas de consumo têm sido a condição do crescimento da agricultura produtivista (MOLLARD, 1997: 336).

instâncias territoriais para mobilizar informações e conhecimentos para orientar suas decisões. Essa governança se apóia, enfim, duplamente sobre a plasticidade dos sistemas produtivos ao mesmo tempo em que tira proveito das condições locais bem específicas e sobre aquelas de consumidores, portanto mais sociais de qualidade dos modos de vida locais que são utilizadores de serviços (DUTERTRE, 2000: 08). Entretanto, a lógica mercantil faz pressão sobre as definições de qualidade e conduz a uma reorganização dos dispositivos interprofissionais¹⁰ e o comportamento dos atores agrícolas frente ao processo produtivo. A emergência de políticas de qualidades contratuais remete a causa do princípio de normalização induzida por uma gestão centralizada no mercado (ALLAIRE, 1997: 345).

REFLEXÕES FINAIS

Primeira, no atual estágio histórico, os territórios estão cada vez mais abertos, porém, no caso do setor agrícola, os Estados Nacionais têm adotado uma postura política ferrenha quanto a sua atuação neste setor através de suas políticas públicas de fomento e subvenções inclusive estabelecendo normas de regulação com o objetivo de buscar a competitividade com outros territórios. É o caso do governo dos EUA, que liberou um pacote pesado com vistas a jogar uma dinheirama no setor agrícola, que certamente teve a intenção de colocar seus produtos agrícolas no mercado internacional com uma concorrência cômoda. Também é o caso dos agricultores da UNIÃO EUROPÉIA que podem contar com fortes subvenções públicas. Embora, as políticas implementadas pelos Estados Nacionais ainda são frágeis para impedir

¹⁰ O acordo interprofissional é efetivado na vida econômica e mercantil através da combinação de coordenação cívica (definição de experiências fixadas pelos regulamentos públicos, instâncias de negociação e formas de representação de ordem legislativa e regulamentar) e com a coordenação industrial (normalização e instrumentalização das decisões ligada à execução do contrato) (ALLAIRE, 1997: 346).

eventuais problemas no setor agrícola no mundo globalizado instável e vulnerável a qualquer turbulência econômica/financeira.

Abramovay (1992: 197), convida-nos a argumentar nessa linha de raciocínio, argumentando que:

uma desvalorização cambial é suficiente para colocar abaixo toda uma política de equalização de rendas entre diversos países. Os países de moeda forte como a Alemanha, por exemplo, puderam ampliar consideravelmente sua participação nos mercados europeu e internacional de produtos agrícolas nos últimos anos. A proteção dos produtores nacionais frequentemente se choca com as necessidades de levar adiante a teoria das vantagens comparativas nas trocas intercomunitárias: é assim que, em 1985, a Alemanha recusa-se a seguir a orientação comunitária de reduzir seus preços internos de trigo. A política de sustentação dos preços do leite e que levou à formação de imensos estoques deveria, para a Inglaterra, ser praticamente abolida, já que seus produtores, como também os holandeses, suportariam a queda de preços daí decorrente. Tal solução aniquilaria milhões de pecuaristas do restante do Continente.

Segunda, o modelo de desenvolvimento fruto da política de modernização agropecuária trouxe consigo implicações espaciais, territoriais e sociais, mas a reprodução e acumulação do capital continuaram sendo preservadas. Tal modernização pode ser denominada de modernização conservadora por três razões: primeiro, porque foi incapaz de amenizar com as contradições sociais do campo que já existiam, pelo contrário concentrou mais ainda estrutura fundiária; segundo retardar a implantação de uma Reforma Agrária promissora talvez seria muito cômoda para reprodução social da burguesia agrária e por último, conservou o modelo de produção do grande latifúndio e manteve a eterna a reprodução ampliada do capital agropecuário. Em vez de reduzir a problemática social e econômica no campo, este tipo de padrão de acumulação, pelo contrário, acentuou-a tanto no campo como nas zonas urbanas. Ao mesmo tempo, reduziu as possibilidades de absorção da força de trabalho no processo agro-produtivo, substituindo cada vez mais o homem pelas máquinas, e, sobretudo, no processo de automatização da força de trabalho (GUIMARÃES, 1997: 44/5). Por outro lado,

as políticas de liberalização não conseguiram atrair investimentos nem melhorar a competitividade. O que elas conseguiram foi destruir grandes setores da produção agrícola para os mercados locais e, em alguns casos, a agricultura de subsistência. (CASTELLS, 2000: 149).

No caso brasileiro até mesmo o crédito rural oriundo da política global que deveria ser estendido a todos os segmentos sociais do mundo rural de forma indiscriminada, foi destinado aos agricultores mais capitalizados e aos produtos nobres, gerando exclusão e marginalidade no que tange a pequena produção e a agricultura familiar. Em 1979, os contratos de custeio beneficiaram apenas 25% dos produtores e 80% dos contratos eram destinados aos pequenos agricultores, que receberam apenas 20% do total dos recursos. E o que é mais gritante ainda, os volumes de recursos oferecidos pelo crédito rural para a produção agrária vem caindo progressivamente nos últimos anos (não é o caso dos EUA e da UNIÃO EUROPÉIA). No ano de 1980, foi o período de maior investimento do crédito rural, caindo para 1/3 em 1993. A abertura do mercado e a queda das alíquotas de importação aumentaram a concorrência externa num momento de fragilidade econômica da agricultura brasileira, especialmente para os pequenos produtores (DESER, 1997).

Da mesma forma, nos anos 70, a ampliação da propriedade privada da terra e do acesso ao crédito bancário facilitado para o grande proprietário constituíram elementos estruturais no processo de diferenciação social do campesinato brasileiro. Estes elementos não conduziram a que todos os produtores rurais, ao mesmo tempo, experimentassem uma ascensão social. Constituíram-se, todavia, em mecanismos, cuja função era estabelecer condições discriminatórias, dentro de um processo de produção, em que alguns produtores ascenderam socialmente, conduzindo à configuração de uma classe média agrária, enquanto outros se proletarizaram ou procuraram tentativas de melhor sorte, avançando para zonas mais afastadas da fronteira onde a terra é mais barata, pelo fato de não ter fácil acesso ao crédito rural. Haja vista, a expulsão, a proletarianização e mesmo a pauperização constituem-se em fenômenos observáveis nas zonas fronteira agrícola brasileira (KINZO, 1982).

Terceira, naturalmente, o processo da industrialização da agricultura tem eliminado gradativamente a separação entre campo e cidade, entre o rural e o urbano, unificando-os dialeticamente. Isto quer dizer que campo e cidade, cidade e campo formam uma unidade territorial contraditória. Uma unidade aonde a diferença entre os setores das atividades econômicas, agrícola e do comércio vão sendo soldadas de um lado pela presença, na cidade, do trabalhador assalariado agrícola do campo. A dialética histórica territorial entre cidade e campo, com a modernização da agropecuária, tendeu a diminuir no que diz respeito ao mercado de trabalho. Na verdade, houve uma unificação deste mercado entre as áreas urbanas e não urbanas. Aliás, as greves dos trabalhadores do campo são feitas nas cidades e até mesmo o trabalhador rural no atual estágio deve portar de conhecimentos científicos e técnicos tanto quanto aos das cidades. De outro lado, pode-se constatar que a industrialização dos produtos agrícolas pode ser feita no campo com trabalhadores das cidades. Tudo indica que o desenvolvimento do capitalismo está soldando a união contraditória da agricultura e da indústria, no campo e da cidade, que ele mesmo separou no início de sua expansão. Assim, cidade e campo vão-se unindo dialeticamente, quer no processo produtivo, quer no processo de luta por melhores salários e condições de preços dos produtos agrícolas e particularmente pela reforma agrária¹¹. Entretanto, sem trazer respostas favoráveis à pequena produção e para a equação dos conflitos rurais.

Ao longo da história, a cidade e o campo apareceram como termos antagônicos. As relações sociais entre ambos territórios são vistas em

¹¹ Atualmente, os grandes bolsões de pobreza nas cidades são constituídos em sua maioria por pessoas que não têm acesso à educação, à segurança, à saúde e, sobretudo ao trabalho. Para a população destas áreas é quase que imperativo a sua migração para o campo, pois, se a cidade não mais oferece as mínimas condições dignas de vida, a busca por uma propriedade territorial agrícola como instrumento de reprodução social desta população seria uma das alternativas. Creio que os conflitos sociais no campo entre o MST e grandes proprietários de terra é uma resposta desta situação do homem citadino.

termos da dinâmica social, culminando com a “vitória da cidade sobre o campo” a partir da grande indústria, como afirmam MARX e ENGELS na obra-prima intitulada de “*A Idcologia Alemã*”:

A divisão do trabalho no interior de uma nação leva, inicialmente, à separação entre o trabalho agrícola, de outro, e, com isso, a separação da cidade e do campo e a oposição de seus interesses. (...) A separação entre a cidade e o campo pode ser concebida também como a separação entre o capital e a propriedade da terra, como o começo de uma existência e de um desenvolvimento do capital independente da propriedade da terra, como o começo de uma propriedade que tem por base somente o trabalho e a troca. (MARX & ENGELS, 1996: 29/79)

Na história moderna, os movimentos da população deram-se sempre em sentido inverso, do campo para a cidade. Porém, na era pós-moderna a população que deixa o campo, desprovida de emprego pelo avanço das técnicas, luta decididamente por um emprego urbano ou agrícola no campo. Nos territórios agrícolas altamente mecanizados a PEA (população economicamente ativa) agrícola, seja ela qualificada ou não, residem na cidade, porém, lidam diretamente com o circuito produtivo agropecuário. Se o mercado urbano ou não urbano já não absorve esta mão-de-obra, temos o fenômeno de desemprego estrutural e a exclusão social que se observa em grande número nestas áreas. Afinal de contas, até mesmo o “*desemprego tecnológico*” já chegou nas áreas agrícolas.

No atual período histórico, a noção de região inclui-se num contexto maior, onde não podemos mais ter a noção de rede urbana. Uma cidade ou território regional pode não manter intercâmbio importante com sua vizinhança imediata e, no entanto, manter relações intensas com outras muito distantes, mesmo fora de seu país como é o caso da produção da soja, do algodão e da carne no Cerrado Central Brasileiro que se destinam diretamente ao mercado externo. Não há mais redes de cidades, atualmente o mundo encontra-se organizado em subespaços e territórios articulados dentro de uma lógica global. Não podemos mais falar de

circuitos regionais de produção em forma de rede¹²; assim também, como não podemos mais referir-nos às clássicas noções de relação cidade-campo. Não é que não existam ainda hoje estas relações, mas mudaram de conteúdo e de forma como diz o saudoso geógrafo Milton Santos. Em síntese, em sua dinâmica expansionista, o sistema capitalista globaliza, mas só se realiza e sobrevive na fragmentação. A competição nos mercados implica um intenso processo de inclusão/exclusão que afeta todas as esferas sócio-espaciais e territoriais do globo.

Quarta, o discurso de mundo globalizado em que o mercado é o carro chefe que comanda as diretrizes do atual processo de internacionalização da economia é questionável. Talvez as estratégias políticas dos Estados Nacionais falem mais alto do que a “mão invisível” do mercado. Neste particular, o economista (BOYER, 1999: 13/17), convida-nos a argumentar que a “globalização” é levada, sobretudo sobre a finança e constitui mais a expressão de um projeto político que de um determinismo econômico. A extensão dos ajustamentos de mercado está longe de ser conduzida a ação eficiente e dinâmica. A viabilidade das diversas formas de capitalismo depende muito da configuração internacional e das estratégias políticas dos diversos governantes. A internacionalização conhece uma nova fase, mas a globalização permanece parcial e concerne, sobretudo a finança. Essa é resultante de decisões políticas explícitas ou implícitas e não de um implacável determinismo econômico. As intervenções públicas são superiores aos mecanismos de mercado por todas as decisões estratégicas que concernem à sociedade inteira. As lutas pelo poder superam as coalizões de mudanças em curso e condicionam a troca mercantil e a produção.

¹² Atualmente comenta-se muito da sociedade em rede (CASTELLS, 2000), mas parece-me que se trata das redes das grandes organizações econômicas que são empresas gigantes e estão se desverticalizando e tomando-se mais horizontais na economia informacional. Parece que os circuitos regionais de produção e as redes urbanas de produção não caracterizam mais a lógica do processo produtivo atual. As tecnópoles devem ser o território de produção mais típico da atual economia.

No caso do setor agrícola,

não é mais o mercado que imprime chancela social ao produto pelo mecanismo dos preços: esta função de validação de seu trabalho foi transferida gradualmente para suas organizações econômicas e posteriormente para o Estado. Neste sentido, é impossível conceber a estrutura agrária contemporânea, a permanência em seu interior de milhões de unidades produtivas de caráter individual, as diferenças que a separam de todos os outros segmentos econômicos da sociedade, fora do quadro que a criou e a mantém viva: e que SERVOLIN (1989) chega a chamar de “Estado previdenciário agrícola”. (ABRAMOVAY, 1992, 203)

Quinta, será que todo o processo produtivo está globalizado?

Nem todos os territórios se orientam para uma “flexibilidade” do contrato salarial. Alguns o fazem, mas outros privilegiam a implicação negociada dos assalariados e suas qualificações, opção que é contraditória de uma flexibilidade muito grande. A tendência à “desintegração vertical” dos processos de produção é, com efeito, geral, mas existem formas bastante diversificadas de cooperação e hierarquia entre as empresas. Os territórios ou as relações capital/trabalho são as mais flexíveis e apresentam com frequência relações mercantis notoriamente “brutais” entre as próprias firmas; inversamente, naquelas em que prevalece a “fidelidade” entre capital e trabalho assiste-se ao primado de formas de parceria entre as empresas. (BENKO, 1996: 97)

Ao mesmo tempo,

a economia global resultante da produção e concorrência com base informacional caracteriza-se por sua interdependência, assimetria, regionalização, crescente diversificação dentro de cada região, inclusão seletiva, segmentação excedente e, em consequência de todos esses fatores, por uma geometria extraordinariamente variável que tende a desintegrar a geografia econômica e histórica. A economia global é profundamente assimétrica. Mas não na forma simplista de um centro, semiperiferia e uma periferia nem seguindo uma oposição direta entre o norte e o sul, porque há vários centros e várias periferias e porque tanto o norte como o sul são tão diversificados internamente que teria pouco sentido analítico usar essas categorias. (CASTELLS, 2000: 123/125)

Mas a diversidade é também territorial principalmente no que diz respeito ao processo de modernização do setor agrícola.

Os trabalhos ruralistas permitem completar os estudos dos sistemas industriais que servem habitualmente de referências a uma taxinomia dos (modos de governança). Diferentes configurações sociais, nacionais ou locais, oferecem diferentes caminhos de modernização e diferentes modelos de organização da produção agrícola. (ALLAIRE, 1997: 344)

Sexta, uma das grandes contribuições deste trabalho seria ter uma resposta teórica plausível de como os atores envolvidos no setor agrário se coordenam e comportam perante ao território, num mundo econômico instável e competitivo que na maioria das vezes, o acesso ao mercado é conseguido através da capacidade de incorporar novas técnicas no processo produtivo. Qual seria o modelo de análise teórica numa abordagem que envolve a atuação dos atores sociais envolvido direta e indiretamente no setor agrícola no contexto territorial? Parece que uma das estratégias dos atores sociais para garantir a produtividade e ter êxitos seria se aliar ao poder público. Pois, este último pode construir uma ambiência econômica no território favorável à reprodução ampliada do capital através de suas políticas públicas de investimento criando toda uma infra-estrutura de recursos capaz de adequar o território às novas regras do mercado. O Estado ainda pode lançar mão do ordenamento territorial, no qual sua ação ferrenha com capacidade de impor sua política territorial, definir os locais que devem predominar certas atividades e onde os atores sociais devem se territorializar tornando assim, neste caso, o ator que tem o domínio da coordenação e da governança intra-territorial. Uma segunda estratégia dos atores seria investir na qualidade dos produtos, os quais, só é possível pela adoção do fator técnico na cadeia produtiva. No setor agrícola por incrível que pareça, parece que a articulação e a inserção dos atores com o mercado depende excessivamente das subvenções públicas, pois ainda são muitos frágeis quando se trata de lidar diretamente com as lógicas mercantis. Mas as possibilidades de respostas como os atores agrícolas se coordenam e traçam suas estratégias numa base territorial são limitadas para esta argumentação teórica.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: 1992.
- ALLAIRE, Gilles. Croissance et crise en agriculture. In: BOYER, Robert & SAILLARD, Yves. Théorie de la régulation l'état des savoirs. Paris: Éditions la Découverte, 1997, p. 341/349.
- ALVES, Elizeu. Revista de Política Agrícola, Tecnologia e Emprego. São Paulo, Ano VI, no 01, jan-fev-mar/1997, p. 17/24.
- BENKO, Georges. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BERNARDES, Júlia Adão. As estratégias do capital no complexo da soja. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César de; CORREIA, Roberto Lobato (org). Brasil Questões Atuais da Reorganização do Território. São Paulo: Bertrand, 1996, p-325/366.
- BOYER, Robert. Le politique à l'ère de la mondialisation et de la finance: le point sur quelques recherches régulationnistes. In: L'Année de la régulation: Économie, Institutions, Pouvoirs. État et politique économique. Paris: La Découverte, volume 3, 1999.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DESER – Departamento Sindical de Estudos Rurais. Agricultura familiar e desenvolvimento local municipalização, diretrizes de desenvolvimento e propostas de políticas públicas. Curitiba- PR: maio de 1997.
- DUTERTRE, Christian & MOATI, Philippe. Regulation, secteurs et territoires. Université de Paris 13: 2000.
- GUIMARÃES, Marlene Maria Moreira. Nível Técnico, Organização do Trabalho e Reorganização do Espaço: o caso da indústria de csmagamento da soja em Rondonópolis- MT. Dissertação de mestrado em Geografia UFRJ, Rio de Janeiro: 1997, p. 150.
- Jornal Gazeta Mercantil de São Paulo: 13/10/1999, p. B10.
- KINZO, Mary Dayse. Colonização e as transformações na estrutura de classes: de posseiros a colonos. Brasília-DF: Instituto de Ciências Humanas –UnB, 1982, p. 210.

ROBERTO DE SOUZA SANTOS

KRIHA, HADJILA. Globalisation des entreprises et création/destruction d'emplois: un cadre d'analyse In: LAMOTTE, Bruno. Les régulations de l'emploi: les stratégies des acteurs. Paris: Editions L'Harmattan, 1998.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Ideologia Alemã. São Paulo: Hucitec, 1996.

MOLLARD, Amédée. L'agriculture entre régulation globale et sectorielle. In: BOYER, Robert & SAILLARD, Yves. Théorie de la régulation l'état des savoirs. Paris: Éditions la Découverte, 1997, p. 332/340.

TEDESCO, J. C. (org). Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDUPF, 1999.

TERTRE, Du Christian. La dimension sectorielle de la régulation. In: BOYER, Robert & SAILLARD, Yves. Théorie de la régulation l'état des savoirs. Paris: Éditions la Découverte, 1997, p. 313/321.

Texto entregue em julho de 2003 e aceito em outubro de 2003.